

forum manifesto

Portugal nas Guerras Climáticas

A perspetiva geopolítica da crise ambiental e as linhas que devem orientar a posição portuguesa e as suas políticas ambientais

Casa dos Amigos do Minho, Lisboa 28 de maio de 2016

Resumo do Jantar/Debate



Em 2015, Portugal caiu de 9º para 19º lugar no índice de performance de combate às alterações climáticas, um índice que mede o desempenho dos 59 países mais industrializados do mundo, que, em conjunto, são responsáveis por 90% das emissões de gases de efeito de estufa. Nenhum país ocupou um dos 3 primeiros lugares do pódio deste índice, pois nenhum país fez o suficiente para prevenir os perigosos impactos das alterações climáticas... Se a ameaça é clara, o que é que se passa?

Para compreender o atraso na resposta que tem sido dada à crise climática não basta uma análise causa-efeito das alterações ambientais em si. É preciso perceber, sobretudo, o xadrez de interesses políticos, energéticos e económicos em que se tenta construir e implementar uma solução.

Por isso a Fórum Manifesto realizou o jantar-debate "Portugal nas guerras climáticas" no passado sábado, 28 de maio, na Casa dos Amigos do Minho. Discutiu-se a perspetiva geopolítica da crise ambiental e as linhas que devem orientar a posição portuguesa e as suas políticas

ambientais. Foram convidados da Associação [Pedro Martins Barata](#) e [Francisco Ferreira](#).

"Não pode haver programa político nos próximos 30 anos que não tenha por base as alterações climáticas como variável fundamental"

Os gases de efeito de estufa (principalmente CO₂ mas também metano e outros gases) retêm calor. O efeito do incremento de emissões que se tem registado nos últimos cem anos é agravado pela taxa de deflorestação global que tem aumentado também. A subida de temperatura resultante promove o degelo nos polos. Como consequência, a temperatura dos oceanos baixa, o nível do mar sobe, os oceanos acidificam e geram -se fenómenos meteorológicos extremos.

Estas alterações do meio ambiente têm impacto nos ecossistemas porque as espécies (animais, plantas e outras) que estão adaptadas às condições ambientais de uma dada região (ou seja, a uma dada disponibilidade de água,

temperatura, acidez...) não conseguem acompanhar, adaptando-se, à velocidade a que as alterações estão a ocorrer, nem terão, em geral, tempo ou rotas que lhes permitam migrar, colonizando novas zonas onde o ambiente lhes seja propício.

O resultado das alterações climáticas a nível de perda de biodiversidade é assim agravado por um efeito “em cascata”: os ecossistemas caracterizam-se não só por determinadas condições ambientais, mas por interações entre espécies (presa e predador, parasita e hospedeiro são exemplos familiares), pelo que o efeito devastador numa espécie se propaga, num efeito em cadeia, às restantes espécies do ecossistema.



É também um fenómeno deste tipo que explica o efeito catastrófico da subida de temperatura nas alterações climáticas. Ao aumento da temperatura global não corresponde um nível gradual e equivalente de incremento de perda de biodiversidade, ou de fenómenos meteorológicos extremos. A nível do planeta como um todo, o sistema geoclimático tem alguma resiliência (capacidade de tolerância à mudança) que é potencialmente reversível até dado ponto. O que acontece é que, tal como os ecossistemas, ultrapassado um determinado limite o processo de alteração climático se torna essencialmente irreversível. A instabilidade decorrente de subidas de temperatura acima de um determinado valor torna a dimensão e localização de fenómenos climáticos essencialmente imprevisível.

Os modelos geoclimáticos disponíveis indicam que uma subida de mais de 2,0°C no próximo século corresponderá a este limite. Por isso o acordo de Paris estabelece esforços de mitigação de emissões que, supostamente, impedirão uma subida de temperatura além de 1,5°C.

À escala global, o processo de aquecimento terá impacto nas zonas costeiras e insulares (perda de território), na disponibilidade de água doce e na produção de alimentos (devido às alterações de clima e da acidificação dos oceanos), na saúde pública e nas migrações humanas (como consequência da alteração do ambiente, das perdas de território, do acesso a água potável e do agravamento das condições socioeconómicas) e na produção de energia (maior *input* energético para climatização de edifícios e produção de alimentos). O aquecimento terá, portanto, impactos devastadores a nível ambiental, económico e social.

Este conhecimento está a criar já uma nova forma de pressão sobre as relações internacionais com impacto sobre os governos, pressão que se tornará mais forte conforme os esforços de mitigação de emissões a nível global se forem revelando insuficientes. Para esta pressão contribuem as assimetrias presentes e passadas dos diferentes países a nível de taxas de emissão que se relacionam, não só mas também, com assimetrias de desenvolvimento económico, nível de industrialização e de modelos de desenvolvimento (países produtores de petróleo e os outros). Para as tensões geopolíticas contribuem ainda de forma crucial a localização geográfica (nações insulares e com costa, nações que serão mais atingidas por desertificação *etc*).



Assim, se a Cimeira de Paris (2015) constituiu uma evolução importante relativa ao Acordo de Quioto (que começou a ser ratificado em 1997), e particularmente em relação à Cimeira de Copenhaga (2009), ela demonstrou também o acentuar das tensões. Paradoxalmente, e num cenário que se agrava, a União Europeia parece ter resolvido abandonar o papel de líder na área do Clima que teve até aqui, comprometendo-se com metas que estão abaixo do possível e ainda menos do necessário. Exceção feita para alguns países, como a Suécia, que se auto propôs cumprir metas mais ambiciosas.



A um verdadeiro esforço de mitigação de emissões corresponde necessariamente uma alteração profunda de hábitos individuais e de modelos de desenvolvimento: dos padrões de consumo individual de energia ou de carne, à transformação da rede de transportes públicos e privados para modelos elétricos, passando por uma substituição das fontes de energias para renováveis não poluentes e por uma nova lógica de rede de abastecimento, até à alteração dos materiais e práticas de construção de infraestruturas, à reorganização dos territórios e dos modelos de ocupação do espaço e exploração agrícola, para citar apenas alguns exemplos de alterações necessárias à formação de um novo paradigma socioeconómico.

E se, para ser eficaz, a mitigação de emissões terá que ocorrer a nível global e depende, por isso, de acordos internacionais, o esforço de mitigação de emissões deve determinar a atuação política ao nível nacional. Como sublinhou Francisco Ferreira, “não pode haver programa político nos próximos 30 anos que não tenha por base as alterações climáticas como variável fundamental”: a pressão para que essa mudança ocorra a nível nacional será tão mais eficaz se partir de baixo para cima – ou seja, se for uma exigência do eleitorado a quem governa.

Notas biográficas sobre os convidados

Pedro Martins Barata é Economista e CEO da [GET2C](#), que implementa soluções para compensação e redução de emissões na indústria ao abrigo do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), e fornece apoio no desenvolvimento de estratégias de mitigação de emissões e de adaptação das sociedades aos impactos das alterações climáticas. Nesta qualidade tem dado apoio estratégico, político e técnico às delegações nacionais em negociações Europeias e nas Nações Unidas.

Francisco Ferreira, Engenheiro do Ambiente, Professor na Universidade Nova de Lisboa, ex-Presidente da Quercus e fundador da [ZERO](#) - Associação Sistema Terrestre Sustentável -, uma associação que visa concretizar níveis nulos de poluição, de desperdício de recursos, de destruição de ecossistemas e de desigualdades sociais e económicas, aconselhando o desenho de legislação nacional e internacional. Francisco Ferreira tem integrado as delegações nacionais nas conferências das Nações Unidas sobre o clima.

Nota: Este texto pretende ilustrar e resumir a troca de ideias durante o debate, de forma tão fidedigna e desprendida quanto possível, procurando respeitar a pluralidade de opiniões expressas. Baseia-se apenas em notas pessoais tiradas no decorrer desta iniciativa e, como é evidente, não vincula nem qualquer dos presentes no debate nem a Associação Fórum Manifesto enquanto associação política.